



Leia neste número:

Reforma é um desserviço à sociedade	01
UGT cobra MP corrigindo reforma	01
Centrais reafirmam unidade na luta	02
Desemprego não vai diminuir	02
A importância do Sindicalismo	03
Tempo para um sindicato na Nissan	03
Antonio Jara	04
Matéria sobre a OIT longe da verdade	04
Comerciários I em discussão na Argentina	05
Sindicato de Atletas completa 70 anos	05
Rio sedia seminário de formação sindical	05
Reforma é inconstitucional	05

## Nota de repúdio da UGT:

### Reforma Trabalhista é um desserviço à sociedade

Lamentavelmente, o Senado Federal não cumpriu seu papel de exercer o poder Legislativo amplo como representante dos Estados na questão da Reforma Trabalhista. Ao aprovar o projeto de mudança nas leis trabalhistas, sem fazer qualquer alteração no texto aprovado na Câmara, os Senadores deixaram de legislar para a sociedade brasileira e passaram a atender aos interesses do setor empresarial e do capital especulativo, ficando, de quatro ao apelo de um Governo que vem prestando um desserviço ao País, ao defender interesses pessoais em detrimento ao interesse maior da Nação.

Para a **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, a Reforma Trabalhista é injusta e cruel e foi feita sem a devida discussão com a sociedade, o que claramente prejudica toda a classe trabalhadora e sua organização.

Essa Reforma Trabalhista cumpre um desserviço à sociedade, pois retira as garantias asseguradas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promove a precarização das relações de trabalho e um enorme retrocesso social.

A UGT rechaça esta votação que resultou na aprovação do projeto e se compromete em continuar na luta contra as medidas que não atendem aos princípios de uma sociedade justa e igualitária, que busca o desenvolvimento econômico e o combate à miséria por meio de políticas trabalhistas que promovam segurança para a classe trabalhadora, melhor distribuição de renda e aquecimento do mercado interno, com investimento no mercado produtivo, em detrimento ao setor especulativo.

Nossa luta não acaba agora, ela está apenas começado!

Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

### UGT cobra MP corrigindo reforma trabalhista

O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, disse que o texto base da reforma trabalhista, aprovado na noite desta terça-feira no Senado, é um retrocesso que retira direitos dos trabalhadores e de atuação dos sindicatos num momento de grave crise do emprego no país. E cobra do presidente Michel Temer, o compromisso de editar uma Medida Provisória (MP) que corrija algumas das mudanças previstas no texto base.

Vivemos um momento muito grave de crise econômica e política e, da forma que foi aprovada, a reforma é um instrumento de diminuição de direitos e de atuação dos sindicatos — disse Patah, completando: — E teve muito mais votos (favoráveis) do que imaginávamos. Ficamos indignados.

Entre os pontos que a UGT defende sejam incluídos na MP estão o veto ao trabalho de mulheres grávidas em ambientes insalubres; mudanças nas regras para o trabalho intermitente — que como foi aprovado “é análogo ao trabalho escravo” —; as novas regras para eleição de representantes de trabalhadores em empresas com mais de 200 empregados, que excluem os sindicatos do processo; revisão da medida que estabelece o fim da homologação das demissões pelos sindicatos; revogação do artigo que permite a negociação individual entre empresas e empregados; a transformação do imposto sindical em contribuição que o trabalhador pode optar em pagar ou não.

A nossa expectativa é que o presidente Michel Temer cumpra o compromisso de, aprovado o projeto base, sancioná-lo e em seguida editar uma medida provisória corrigindo esses erros — disse o dirigente da UGT, que espera em seguida um consenso entre os partidos para a aprovação da MP no Congresso.



Leia: Reforma da Previdência: Nenhum Direito a Menos

## Centrais reafirmam unidade na luta

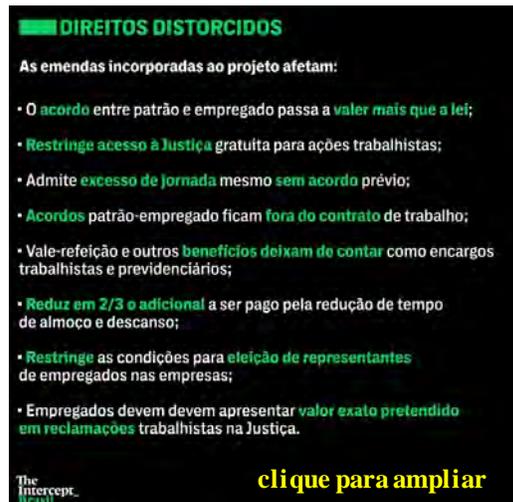
Reunidas nesta quinta-feira (13), as centrais sindicais **União Geral dos Trabalhadores - UGT** e CTB, CUT, Nova Central, CSB e Força Sindical, avaliaram o cenário e os desafios postos com a sanção da chamada Reforma Trabalhista.

As centrais sindicais reiteram sua oposição à proposta sancionada pelo presidente Michel Temer. Seu caráter injusto e cruel não só acaba com direitos consagrados, como também impõe à classe trabalhadora a precarização, com jornadas de trabalho de 12 por 36 horas; a exposição das mulheres gestantes e lactantes a ambiente de risco; o trabalho intermitente de forma indiscriminada; o fracionamento do direito de férias, antes integral e de 30 dias; entre muitas outras perdas.

Essa reforma também ataca frontalmente o movimento sindical, trincheira de resistência e que ao longo de décadas contribui para a construção de nossa democracia.

As centrais sindicais reafirmam sua unidade, resistência e luta em defesa da classe trabalhadora. Seguiremos mobilizadas e resistentes em defesa da democracia, da soberania, da nação e dos direitos do nosso povo.

### UGT e demais centrais CTB, CUT, Nova Central, CSB e Força Sindical



**DIREITOS DISTORCIDOS**

As emendas incorporadas ao projeto afetam:

- O **acordo** entre patrão e empregado passa a **valer mais que a lei**;
- **Restringe acesso à Justiça** gratuita para ações trabalhistas;
- Admite **excesso de Jornada** mesmo **sem acordo** prévio;
- **Acordos** patrão-empregado ficam **fora do contrato** de trabalho;
- Vale-refeição e outros **benefícios deixam de contar** como encargos trabalhistas e previdenciários;
- **Reduz em 2/3 o adicional** a ser pago pela redução de tempo de almoço e descanso;
- **Restringe** as condições para **eleição de representantes** de empregados nas empresas;
- Empregados devem **deverem apresentar valor exato pretendido em reclamações** trabalhistas na Justiça.

[clique para ampliar](#)

*“O que o Brasil assistiu ontem no Senado foi a decretação do fim da dignidade das relações de trabalho. Estamos diante de um retrocesso desumano que prejudica o trabalhador, privilegia interesses econômicos e políticos e envergonha a nação”.*

**Luiz Carlos Motta presidente da Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo e presidente da UGT estadual de São Paulo**

## Desemprego não vai diminuir

‘Não há nenhuma possibilidade de a reforma trabalhista diminuir o desemprego’

O **Centro de Estudos Sindicais e de Economia da Unicamp (Cesit)** lançou nessa segunda-feira (3) um dossiê em que avalia a proposta de reforma trabalhista do ilegítimo Michel Temer (PMDB).

Segundo o documento, o Projeto de Lei da Câmara (PLC 38/2017) prestes a ser votado no Senado não traz um único ponto que beneficie o trabalhador.

O documento do Cesit destaca que a proposta responsável por revisar mais de uma centena de itens da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é um apanhado de diversas reivindicações patronais.

Tanto no Projeto de Lei 6.787/2016, que saiu da Câmara, quanto no PLC 38 há resquícios de plataformas da CNI (Confederação Nacional da Indústria), como “101 Propostas para Modernização Trabalhista”, “Agenda Legislativa da Indústria” e “Caminhos da Modernização Trabalhista”. Além de reivindicações da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), em especial a “Proposta da Bancada de Empregadores” e o “Balanço 2016 e Perspectivas 2017”.

As formulações presentes nas agendas foram em boa parte incorporadas pelo programa lançado pelo PMDB, em 2015, “Uma Ponte para o Futuro”.

O dossiê faz ainda uma avaliação do projeto em relação às formas de contratação mais precárias e atípicas, à flexibilização da jornada de trabalho, ao rebaixamento da remuneração, à alteração das normas de saúde e segurança do trabalho, à fragilização sindical e mudanças na negociação coletiva e à limitação do acesso à Justiça do Trabalho e do poder dessa instância. (RBA)



Veja como os senadores votaram



Dossiê Reforma Trabalhista

# A importância do Sindicalismo

**José Antonio Martins Fernandes, presidente do Sinpafesp e da FEPEFI e Secretário Nacional para assuntos de Esporte e Recreação da UGT**

Direta ou indiretamente, militamos no sindicalismo há pelo menos 35 anos. Sabemos, portanto, das lutas travadas para levar melhores condições de vida ao trabalhador brasileiro. Ao longo dessa trajetória, pudemos testemunhar a conquista de grandes benefícios que, nos dias de hoje, o mundo empresarial toma para si.

Quando oferecem um emprego aos jovens, os empresários sinalizam com benefícios: "Oferecemos vale-refeição, vale-transporte, assistência médica".

Ou seja, o salário não é lá essas coisas, mas, somados a tais benefícios dá para encarar.

O que a juventude não sabe é que o mundo empresarial nada tem a ver com as regalias oferecidas.

Quem conseguiu vale-refeição, vale-transporte, cesta básica (ou vale-alimentação), PLR - Participação nos Lucros ou Resultados das empresas, salários com reajuste acima da inflação e até o Dia do Profissional de Educação Física (no caso do Sinpafesp) foi o sindicalismo.

Os empresários, aliás, lutaram – e muito – contra esses avanços, assim, como, no passado, repudiaram férias proporcionais e 13º salário.

Patrão não abre a carteira, não. Só o faz por decreto. Que nossos jovens saibam disso e, baseados em fatos, deem mais valor ao seu Sindicato, pois há, no capitalismo selvagem atual, oportunismo e evidente troca de valores.

## Tempo para um sindicato na Nissan Mississipi

Em face da direção antissindical, os trabalhadores da fábrica da Nissan em Canton, no Mississippi, lutaram por mais de dez anos pelo o direito de organização. Esta semana, os trabalhadores solicitaram uma eleição sindical, com a assistência do **UAW United Autoworkers**.

A fábrica de Nissan de Canton é uma das três únicas instalações da Nissan no mundo, incluindo duas no Tennessee, onde os trabalhadores não são representados por um sindicato. Esta semana, os funcionários anunciaram planos para buscar uma eleição de representação em 31 de julho - 1 de agosto para funcionários da fábrica.

"Os empregados da Nissan querem salários justos para todos os trabalhadores, melhores benefícios e o fim de cotas de produção não razoáveis e condições inseguras de trabalho no Mississippi", disse **Nina Dumas**, técnica da Nissan que trabalhou na fábrica por cinco anos. "A empresa não respeita nossos direitos. É hora de um sindicato em Canton".

A fábrica de Canton mostra um sombrio padrão de abusos trabalhistas, e o Conselho Nacional de Relações Laborais (NLRB), uma agência do governo dos Estados Unidos, acusou a Nissan de:

*Ameaçar, restringir e coagir funcionários no exercício do seu direito de organizar uma união*

*Ameaça para fechar a planta se os trabalhadores se sindicalizarem*

*Ameaça para falsificar registros de funcionários para retaliar contra trabalhadores*

*Instaurou ilegalmente uma política de uniforme da empresa que efetivamente proibiu os trabalhadores de usar camisetas pró-sindicato.*

"Quando falamos para exigir proteções básicas, a Nissan nos ameaça e nos persegue", disse **McRay Johnson**, técnico da fábrica de Canton que também esteve lá há cinco anos. "Os funcionários precisam e merecem representação no local de trabalho".

A administração da fábrica de Canton já disse que não está apoiando a decisão dos trabalhadores de buscar representação.

O secretário geral da INDUSTRIALL Global Union, **Valter Sanches**, disse: "É uma indignação que aos trabalhadores está sendo negado o direito fundamental de se juntar a um sindicato. A IndustriALL continuará a apoiar a luta dos trabalhadores e pedimos à Nissan que facilite a votação".

O movimento dos funcionários da Nissan para formar um sindicato ocorre quatro meses após a histórica "**Marcha no Mississippi**", que teve a participação de representantes da **União Geral dos Trabalhadores**, quando cerca de 5.000 trabalhadores e ativistas de direito civil convergiram para a fábrica de Canton para exigir que a empresa respeite os direitos dos trabalhadores.



Reforma trabalhista sem maluquices Paulo Rossi Presidente da UGT-Paraná,



A Terceirização rasga a CLT e acaba com a Previdência José Francisco Pereira Presidente da UGT - Pará



O desmonte da estrutura de proteção aos trabalhadores Vicente da Silva é presidente da Federação dos Comerciantes do Paraná



OIT condena  
Reforma  
Trabalhista  
brasileira

## Antonio Jara

### Sindicalista argentino e secretário-geral da CCSCS

Nos despedimos no dia de hoje do nosso colega e amigo Antonio Jara, um grande líder sindical e um incansável defensor dos trabalhadores e trabalhadoras da América do Sul e do mundo.



Jara deixa uma história de lutas e conquistas importantes para a região. Representando os trabalhadores argentinos nos organismos sócio laborais do Mercosul e no Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul, na OIT, entre outros espaços, ele contribuiu significativamente para a construção de uma região mais justa e mais integrada quanto aos para direitos trabalhistas e sociais. Com posições sempre muito fortes e claras, ele nos deu uma defesa implacável de integração regional como caminho para o desenvolvimento da nossa região.

Secretário-Geral da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul - CCSCS, Antonio liderou o movimento trabalhista na região em um processo de resistência aos ataques neoliberais que a região tem sofrido, mantendo a unidade da classe operária em busca de uma região e um mundo mais justo.

A UGT celebra este dia na vida deste nosso colega e amigo, e nós enviamos nosso abraço e solidariedade à companheira Marita Gonzales, seus filhos, netos e toda a família, lembrando uma de suas frases mais famosas:

**"Que os trabalhadores sejam felizes!"**

**Valdir Vicente de Barros**

**Secretário de Políticas Públicas e Migrações da UGT**

**Ricardo Patah**

**Presidente da União Geral dos Trabalhadores UGT**

### Matéria do Estadão sobre a OIT longe da verdade

A reportagem do Estadão do dia 12 de julho informa, de forma distorcida e tendenciosa, que a Organização Internacional do Trabalho voltou atrás no posicionamento outrora dado, de que a reforma trabalhista aprovada no passado dia 11 representa uma série de violações a Convenções ratificadas pelo Brasil. Tal informação passa longe da verdade, e demonstra grande desconhecimento do papel da OIT e sua relação com a legislação trabalhista dos seus Estados Membros.

Em junho passado o Ministro Ronaldo Nogueira repetiu aquilo que nós, representantes dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, temos escutado da boca dos representantes empresariais há vários anos, que a OIT deve se ater ao seu papel técnico e não se meter em assuntos domésticos. Para além do absurdo que representa um discurso empresarial reativo como esse ser expresso por um Ministro de Estado, mostrando onde jaz o compromisso deste governo, há um grave engano na narrativa empresarial/governista.

A **Organização Internacional do Trabalho** de fato não possui mandato para opinar ou interferir em questões domésticas dos seus países membros, estando estas alheias ao seu escopo. Entretanto, no momento em que um Estado Membro assina e ratifica uma de suas convenções (como é o caso do Brasil e as Convenções 98, 144, 151, 154 e outras que poderiam ser incluídas aqui), a OIT e seus órgãos de controle passam a ser autorizados a emitir pareceres sobre violações às Convenções negociadas no âmbito das Conferências Internacionais do Trabalho, de forma tripartite. Vale lembrar que estas Convenções tem natureza vinculante e obrigam os Estados a observar o seu cumprimento. Logo, é mais do que natural que a OIT se manifeste, quando consultada, sobre possíveis violações que representem modificações nas legislações nacionais.

**Valdir Vicente de Barros**

**Secretário de Políticas Públicas e Assuntos dos Migrantes da UGT**

**Lourenço Ferreira do Prado**

**Secretário de Relações Internacionais da UGT**

## Comerciários latino-americanos em discussão na Argentina

Representantes e dirigentes comerciários de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile estiveram reunidos na última terça-feira (11), em Puerto Igazú, na província de Misiones, na Argentina, para tratar das relações trabalhistas no comércio latino americano.

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, central com a maior representação sindical de comerciários do Brasil ficou à frente dos trabalhos. Juntamente com o **Presidente Ricardo Patah**, esteve presente uma comitiva do Rio Grande do Sul composta pela Secretária de Formação da UGT-RS e presidente do SEC Bento Gonçalves, **Orildes Maria Lottici**, e o Secretário de Finanças da UGT-RS e Secretário Geral do SEC-BG, **Sérgio Marino Ribeiro Neves**.



O debate em torno do setor vem ganhando força nos últimos dois anos e prevê a fundação da UNICON - Confederação Sindical Comerciária do Mercosul, entidade que deverá reunir 14 milhões de trabalhadores de sindicatos tutelados pela Federación Argentina de Empleados de Comercio y Servicios (FAECYS), organizações de Comerciários do Uruguai, Paraguay e Chile, e no Brasil pelas três Centrais Sindicais filiadas à Confederação Sindical Internacional (CSI), CUT, Força Sindical e UGT.

Os trabalhos deste encontro culminaram com a organização do **Congresso Internacional de Trabalhadores do Comércio do Mercosul + Chile**, previsto para acontecer entre os 05 e 07 de setembro de 2017, na Cidade de Encarnacion, Paraguay. O Congresso contará com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da UNI Global Union.

## Sindicato de Atletas Profissionais SP completa 70 anos



O Sindicato de Atletas de São Paulo, entidade filiada à UGT, completa 70 anos e para comemorar esta trajetória gloriosa em prol dos atletas profissionais está preparando uma série de eventos para marcar data tão significativa.

O primeiro evento será uma Palestra com o tema "A Ética na sobrevivência do futebol", ministrada pelo Prof. Clóvis de Barros Filho no dia 22/07, sábado, às 10:30h no Auditório do Museu do Futebol em São Paulo.

## Rio sedia seminário de formação sindical da UGT

Refletir sobre as questões do mundo de hoje e como elas afetam a vida dos trabalhadores. Com este objetivo, ugetistas do Rio de Janeiro e São Paulo, continuam reunidos na sede do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras (SOAC), nesta terça-feira, 11, no Seminário Nacional de Formação Sindical.

Uma iniciativa da Secretaria Nacional de Formação Sindical da UGT nacional, com o apoio do Ipros (Instituto de Promoção Social), representado por Paulo Roberto Nascimento, e do IAE/UGT (Instituto de Altos Estudos da UGT), pela economista Helen Silvestre Fernandes, a agenda, de acordo com a secretaria da pasta, Josineide de Camargo Souza (Josi), integra o Programa de Formação Estratégica da UGT. (UGT Rio de Janeiro)

## Por que a reforma trabalhista é inconstitucional?

Ministério Público do Trabalho aponta 12 mudanças que violam os direitos constitucionais do trabalhador. Entenda cada uma delas

A reforma trabalhista votada no Senado Federal viola princípios básicos da Constituição, de acordo com relatório do Ministério Público do Trabalho. Pelo menos 12 pontos do projeto de lei que altera a legislação trabalhista ferem direitos constitucionais do trabalhador. As mudanças violam os princípios da dignidade humana e da proteção social do trabalho, e podem ameaçar até o salário mínimo, segundo o **procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury**.



Por Que a  
Reforma  
Trabalhista é  
Inconstitucional

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores. A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.  
Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP  
Jornalista Responsável: Mauro Ramos